

## **OFÍCIO GP nº 080/2018**

Caruaru, 23 de março de 2018.

Excelentíssimo Senhor **Luiz Ferreira Torres Filho** Presidente da Câmara Municipal de Caruaru - PE

Assunto: Encaminhamento de Projeto de Lei

Venho à presença de Vossa Excelência e dos Dignos Vereadores que compõem essa Egrégia Câmara Municipal, apresentar o Projeto de Lei em anexo que "Dispõe sobre a atualização do piso salarial dos profissionais do magistério público da educação básica no âmbito municipal, e dá outras providências."

Para melhor análise da proposta, encaminho a justificativa necessária a sua apresentação, bem como solicito que a presente proposta de Lei seja apreciada, discutida e ao final aprovada pelos Ilustres Vereadores, em caráter de urgência.

Atenciosamente,

RAQUEL LYRA Prefeita



#### MENSAGEM JUSTIFICATIVA Nº 005/2018

Excelentíssimos: Senhor Presidente, Senhores Vereadores

Submeto à apreciação dessa Casa Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, por via de convocação ordinária, em regime de urgência, com fundamento no art. 40 da Lei Orgânica Municipal c/c o art. 134 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Caruaru, o incluso Projeto de Lei que "Dispõe sobre a atualização do piso salarial dos profissionais do magistério público da educação básica no âmbito municipal, e dá outras providências."

O piso salarial do Magistério Público foi estabelecido pela Lei Federal nº. 11.738 de 16 de julho de 2008, a fim de que, a partir de primeiro de janeiro de 2010, viesse a ter integral plenitude de vigência, inclusive com seu valor atualizado.

A gestão municipal assumiu o compromisso de governo de reestruturar a educação como necessidade obrigatória e proporcionar a dignidade salarial do professor na escola da rede pública de ensino, sendo este também um dever constitucional.

Um dos maiores desafios da educação brasileira é sem dúvida, a valorização da carreira docente. O Executivo, por este Projeto de Lei, vem reconhecer e valorizar os profissionais do magistério municipal, objetivando melhorar a educação como um todo em nosso Município.

Por essas razões, e por se tratar de matéria de grande relevo social, submetemos o presente Projeto de Lei para apreciação dos senhores Vereadores com a certeza de que Vossas Senhorias terão condições de analisar a importância desta iniciativa.

RAQUEL LYRA Prefeita



# ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

### AÇÃO GOVERNAMENTAL

Despesa obrigatória de caráter continuado derivada de Lei ou ato Administrativo Normativo com execução superior a dois exercícios (Art.17, LRF)

#### DESCRIÇÃO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL

Atualização do piso salarial dos profissionais do magistério público da educação básica do Município de Caruaru

## CARACTERIZAÇÃO DA DESPESA - ESPECIFICAÇÃO

Atualização financeira no percentual de 6,81%

PROGRAMAÇÃO DE PAGAMENTO (EXERCÍCIO ATUAL + 2		
SUBSEQUENTES)/ PERCENTUAL NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		
VALOR		
EXERCICIO 2018	EXERCICIO 2019	EXERCICIO 2020
R\$ 9.820.419,50	R\$ 9.820.419,50	R\$ 9.820.419,50
1,7 %	1,7%	1,7 %

Unidade Orgamentária: 32002 – FUNDEB Função: 12 – Educação Subfunção: 381 – Encino Fundamental Programa: 1206 – Educação Básica de Qualidade Ação: Gestão Administrativa de Pessoal do Magistério (60%) Ensino Fundamental

Despesa: 906 3.1.90.11.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoai Civil

# COMPENSAÇÃO DE EFEITOS FINANCEIROS NA CRIAÇÃO OU AUMENTO DE DESPESA

DOTAÇÃO

Informo que existe previsão na LOA 2018 para a despesa criada/aumentada

Ordenador da despesa Data: / /



### PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2018

Dispõe sobre a atualização do piso salarial dos profissionais do magistério público da educação básica no âmbito municipal, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CARUARU, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, submete à apreciação do Poder Legislativo o seguinte

#### PROJETO DE LEI:

- **Art. 1º** Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar atualização financeira anual do piso salarial para os profissionais do magistério público da educação básica do Município de Caruaru, com o fim de observar as disposições contidas na Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008.
- **Art. 2º** O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica do Município de Caruaru que desempenhem para a Administração Pública Municipal uma jornada de trabalho de duzentas (200) horas/aula mensais, em razão da presente Lei, passa ao patamar de R\$ 2.455,35 (dois mil, quatrocentos e cinqüenta e cinco reais e trinta e cinco centavos), em razão da atualização financeira concedida por este normativo no percentual de seis inteiros e oitenta e um por cento (6,81%), incidentes sobre o vencimento da referida categoria profissional que vigorava em Caruaru até a publicação da presente Lei.

Parágrafo único. Os efeitos da atualização financeira definida no art. 1°, sobre os vencimentos dos profissionais do magistério público da educação básica do Município de Caruaru, considerando-se os diferentes níveis de cargos e carreira, bem como, a data do ingresso no serviço público municipal, serão calculados com base nas tabelas classificatórias, anexo III, do Plano de Cargos, Carreira, Desenvolvimento e Remuneração-PCCDR dos profissionais que integram a Rede Pública Municipal de Ensino, instituído pela Lei Complementar do Município de Caruaru de nº 35, de 22 de novembro do ano de 2013, passando a vigorar os valores contidos no anexo único desta Lei.

- **Art. 3º** Aos professores I e II contratados nos termos do art. 37, inciso IX da Constituição Federal e da legislação municipal, fica estabelecido o valor da hora-aula em R\$ 6,79 (seis reais e setenta e nove centavos).
- **Art. 4º** Para custear as despesas decorrentes do cumprimento desta Lei serão utilizadas as dotações orçamentárias específicas na Lei Orçamentária Anual relativa ao exercício de 2018 e nas Leis Orçamentárias referentes aos exercícios subsequentes.



**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2018.

Palácio Jaime Nejaim, 23 de março de 2018; 197° da Independência; 130° da República.

RAQUEL LYRA Prefeita